

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Perigo na estrada	2
Título: Guardia defende redução de políticas de intervenção.....	2
Título: Bolsa de SP tem alta de 1,98%, e dólar avança 0,46%, a R\$ 4,145	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Câmbio e combustível poderão levar a nova alta de preços, segundo Avianca.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Governo deve liberar mais de R\$ 3 bi do Orçamento para ministérios	5
Título: Governo estuda imposto para subsidiar diesel	7
Título: ‘Podemos definir um comitê para decidir o câmbio’	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Gasolina chega a R\$ 5 no DF	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Curta.....	12
Título: Consumo de gás natural no país sobe 6,4% em julho	13
Título: Aneel descarta elevar valor da bandeira tarifária	14
Título: Destaque	16
Título: Eletrosul vai à China fechar venda de ativo de transmissão no Sul.....	16
Título: Ciclo de alta do petróleo e minério de ferro ainda não chegou ao fim	18
Título: Usinas paradas respondem por 13% da capacidade de moagem	20

VEÍCULO: O Globo**Data: 19/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Perigo na estrada**

Ufa! A ANP finalmente fechou, ontem, o pagamento de R\$ 871 milhões à Petrobras para compensar o subsídio ao preço do diesel, decidido por Temer, em junho, para acabar com a greve dos caminhoneiros. A estatal e outros importadores privados de diesel estavam repassando o subsídio aos motoristas por conta própria.

VEÍCULO: O Globo**Data: 19/09/2018****Seção: Economia****Autor: Gabriela Valente****Título: Guardia defende redução de políticas de intervenção**

Para ministro da Fazenda, subsídios têm custo à sociedade e tornam empresas menos competitivas

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendeu ontem uma menor intervenção do Estado na economia. Ele afirmou que medidas como subsídios, cotas ou reservas de mercado têm custo para a sociedade e afastam soluções que tornem as empresas mais competitivas. Guardia afirmou ainda que o Brasil precisa continuar com sua agenda de reformas, citando especificamente a da Previdência, além de manter o teto para os gastos públicos.

—Tudo o que pudemos fazer nesses últimos dois anos e meio de governo foi sair de soluções que têm por trás intervenção de governo. Cotas, reservas de mercado. Todo esse tipo de solução traz custos para a sociedade e se afasta das soluções de mercado —disse o ministro durante um evento para discutir o setor elétrico.

Guardia criticou medidas como a utilização de bancos públicos para proteger setores específicos e a antecipação de recursos futuros para resolver problemas de curto prazo. Segundo ele, esse não é o caminho adequado.

O ministro defendeu que é preciso sair de um quadro de intervenção e tentar caminhar no “bom funcionamento de mercado”: — É muito fácil fazer o bem localizado e o mal distribuído entre todos. Isso, não raro, acontece com essas políticas de intervenção. Distribui o custo para a sociedade, que não sabe porque está pagando essa conta.

DIESEL: SOLUÇÃO TEMPORÁRIA

Guardia disse que é preciso um ambiente regulatório adequado, baseado em regras de mercado. O ministro também comentou uma medida intervencionista adotada por sua própria equipe para debelar a greve dos caminhoneiros em maio: o subsídio ao diesel. Insatisfeitos com a excessiva flutuação no valor do combustível, que variava diariamente, os caminhoneiros fizeram uma paralisação que provocou uma crise de desabastecimento e praticamente parou o país durante dez dias.

Para conter a crise, o governo mudou a periodicidade dos reajustes e decidiu subsidiar o preço do diesel até o fim do ano. Guardia argumentou que a medida foi necessária diante dos danos que a continuidade da greve geraria à economia.

A paralisação chegou a impactar o desempenho do PIB do segundo trimestre. — Foi uma solução evidentemente temporária. Não aguentaríamos mais uma semana de greve, e soluções precisavam ser implementadas. Precisamos pensar em soluções mais estruturais — afirmou ele.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/09/2018

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro e Martins

Título: Bolsa de SP tem alta de 1,98%, e dólar avança 0,46%, a R\$ 4,145

Guerra comercial e expectativa com eleições movem mercado brasileiro

Os mercados externos reagiram bem a mais uma rodada da guerra comercial entre Estados Unidos e China, o que deu força ao Ibovespa, principal índice de ações brasileiro, que subiu 1,98%, aos 78.308 pontos, o maior patamar do mês. Já o dólar comercial avançou 0,46%, a R\$ 4,145, à espera de uma nova pesquisa

de intenção de voto. — A tributação contra a China já estava no preço. O que ocorreu foi apenas a oficialização.

A Bolsa subiu com a valorização do petróleo e do minério no mercado externo —disse Luiz Roberto Monteiro, operador da Renascença Corretora. No câmbio, pesou a expectativa com a divulgação, após o fechamento dos mercados, de uma nova pesquisa eleitoral do Ibope. Por isso o dólar aqui subiu com mais força do que no exterior.

O Dollar Index, da Bloomberg, que mede o comportamento da divisa frente a uma cesta de dez moedas, subia 0,14% próximo ao horário de fechamento do mercado brasileiro. —Quanto mais perto das eleições, maior será a busca por proteção —disse Ricardo Gomes da Silva, da Correparti Corretora. O dólar acumula, no ano, alta de 25%.

Mas o Banco Central tem se limitado a rolar os contratos de swap (que equivalem a uma venda de moeda no mercado futuro) que vencem em 1º de outubro. Hoje, serão ofertados 10.900 contratos, o equivalente a US\$ 545 milhões. No mês, já foram rolados US\$ 6 bilhões. Entre as ações mais negociadas no Ibovespa, a Vale teve alta de 4,18%, a R\$ 57,34.

As siderúrgicas também avançaram com força: Usiminas subiu 5,12%, e Gerdau, 6,65%. Os papéis PN (sem voto) da Petrobras ganharam 4,38%, a R\$ 20,25, e os ON, com voto), 3,60%, a R\$23,28. O barril do petróleo tipo Brent subiu 1,25%, a US\$ 79,03.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Câmbio e combustível poderão levar a nova alta de preços, segundo Avianca

Mercado Aberto

Uma nova alta nos preços de bilhetes aéreos poderá ocorrer em outubro caso o câmbio se mantenha no patamar atual, segundo Frederico Pedreira, presidente da Avianca Brasil. “Os valores foram fortemente impactados em junho e julho. Depois, se mantiveram estáveis em um nível alto, mas associados a uma média de dólar próxima a R\$ 3,80”, diz ele. “É possível que tenhamos mais uma ‘pancada’ de 5% a 10% [nos preços] se a moeda americana continuar como está até o fim deste mês. No total, é uma alta de mais de 30%.”

O aumento nos custos do querosene de aviação, a desvalorização do real e os impactos da paralisação dos caminhoneiros levaram a companhia aérea a rever projeções para este ano. “Tiramos dois aviões que operavam no Rio de Janeiro. Quando o crescimento mais acelerado voltar, retomaremos muitos planos, desde voltar ao Rio como ir a destinos aos quais não voamos, como Manaus, São Luís, Palmas, Santarém e Porto Velho.”

Havia uma expectativa de aumento de 16% na demanda por bilhetes domésticos, segundo o executivo. A previsão, atualmente, é de 10%. “Ainda é um crescimento grande, mas o que aconteceu no Brasil do fim de maio até aqui mudou completamente o modo como olhávamos para o país”, afirma. O que deverá se concretizar ainda em 2018 é a chegada ao país da Avian, subsidiária argentina de voos econômicos.

“A ideia é que eles se conectem à nossa malha doméstica e internacional, mas a situação da Argentina também está difícil. Vão seguir em crescimento, mas não tão rápido como se pensava originalmente.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/09/2018

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Governo deve liberar mais de R\$ 3 bi do Orçamento para ministérios

Folga. Com uma previsão de gastos menor que o esperado, equipe econômica encontrou espaço para remanejar recursos, que devem ser disputados pelos órgãos públicos às vésperas das eleições; decreto com a liberação da verba sai até dia 30 de setembro

O governo revisou as projeções de despesas para este ano e deve liberar mais de R\$ 3 bilhões para ministérios e outros órgãos federais, segundo apurou o ‘Estadão / Broadcast’. A 18 dias das eleições, a nova margem para gastos abre espaço a negociações políticas pela distribuição desses recursos. O governo deve gastar menos do que previa com o pagamento de benefícios previdenciários, abono salarial, seguro-desemprego e subsídios.

Essa diferença vai abrir espaço dentro do teto de gastos para realocar essa verba para outras áreas, atendendo a demandas de órgãos sufocados pela falta de recursos. O teto de gastos é o mecanismo que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. A equipe econômica tem até sexta-feira para revisar os dados e publicar o relatório de avaliação de receitas e despesas do 4.º bimestre deste ano.

Os números foram discutidos ontem pela Junta de Execução Orçamentária, que reúne os ministros da Casa Civil, Fazenda e Planejamento. O valor pode ficar mais próximo dos R\$ 4 bilhões, a depender das avaliações que serão feitas nos próximos dias. O decreto que libera os recursos será publicado até o próximo dia 30. Pela regra do teto, apenas uma revisão nos gastos é capaz de dar espaço a novas despesas.

Mesmo que haja arrecadação acima do esperado, essas receitas só podem ajudar no resultado primário (gerando um déficit menor que os R\$ 159 bilhões permitidos pela meta fixada pelo governo) ou bancar despesas fora do teto, como é o caso de capitalização de estatais. Como a arrecadação de julho veio melhor que as estimativas do governo, a “folga” em relação à meta também deve aumentar.

Pedidos emergenciais.

Em maio, o governo já havia liberado R\$ 2 bilhões. Em julho, o governo só conseguiu liberar R\$ 666 milhões em relação ao teto, ante uma lista de pedidos dos ministérios bem maior, que passava dos R\$ 10 bilhões. A prioridade na ocasião foi atender a pedidos emergenciais, como recursos necessários para manter o funcionamento de agências do INSS.

Houve inclusive cancelamento de algumas despesas não realizadas até o momento para dar lugar a demandas mais urgentes. A avaliação no governo é de que a restrição de recursos ainda impõe muitas dificuldades aos órgãos, daí a necessidade de liberar os limites dentro do teto de gastos.

Mas o dinheiro só poderá ser remanejado porque houve revisão nas projeções de despesas obrigatórias. No último relatório, a equipe econômica previa um gasto de R\$ 594,1 bilhões com benefícios do INSS e de R\$ 56,9 bilhões com abono e seguro-desemprego. Já a projeção de despesas com subsídios estava em R\$ 20,6 bilhões.

As despesas com custeio da máquina, por sua vez, estavam estimadas em R\$ 81,9 bilhões, patamar considerado baixo diante da necessidade dos órgãos. Já os investimentos eram projetados em R\$ 31,1 bilhões no 3.º bimestre. A distribuição dos recursos a serem liberados será feita posteriormente, conforme as prioridades dos ministérios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/09/2018****Seção: Economia****Autor: Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA****Título: Governo estuda imposto para subsidiar diesel**

Adotada para pôr fim à greve dos caminhoneiros, medida não está prevista no Orçamento de 2019

Com data para acabar no último dia deste ano, o subsídio de R\$ 9,5 bilhões para bancar R\$ 0,30 no preço do litro do diesel nas refinarias pode ser substituído por um novo imposto. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, admitiu a alternativa ontem, em um evento sobre o setor de energia organizado pela própria pasta. Segundo ele, o governo está estudando medidas para sair do sistema de subvenção ao combustível, cuja continuidade não está prevista no Orçamento de 2019.

Apelidada de “bolsa caminhoneiro” pelo mercado, a medida foi tomada para encerrar o movimento de paralisação do setor de transporte de cargas no fim de maio. “É preciso discutir uma saída para o sistema de subsídios ao diesel. Foi uma solução transitória, de emergência, porque o País não aguentaria mais uma semana de greve.

Precisamos pensar soluções mais estruturais a esse problema”, disse. Guardia lembrou que a redução de impostos para o diesel é permanente, e já foi compensada por outras medidas tributárias, como a reoneração da folha de pagamentos. Já a subvenção ao combustível só foi garantida em lei até o fim do ano.

O analista de petróleo, gás e derivados da Tendências Consultoria Integrada, Walter de Vitto, lembra, porém, que qualquer solução para o fim do subsídio proposta pelo atual governo só andarà se for apoiada pelo grupo que sair vencedor nas eleições de outubro.

“O atual governo não tem capital político para negociar com os caminhoneiros uma alternativa ao subsídio, e já mostrou isso durante a greve”, avalia o especialista.

Segundo Guardia, entre as alternativas em discussão para o fim do subsídio está o aumento da competição no refino do combustível no País e a colocação de “um imposto variável” que absorva as oscilações do preço internacional do petróleo. Ele apontou, porém, que essa opção demanda a aprovação de uma lei complementar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/09/2018****Seção: Política****Autor:****Título: 'Podemos definir um comitê para decidir o câmbio'**

Responsável pelo plano econômico do PDT, Mauro Benevides fala em "institucionalizar" rumos da política cambial

Economista responsável pelo programa de governo do presidencialista Ciro Gomes (PDT), Mauro Benevides propõe a criação de uma estrutura semelhante ao Comitê de Política Monetária (Copom) para definir os rumos do câmbio do Brasil. "Tem de ter uma institucionalização para o gerenciamento do câmbio. Podemos definir um comitê para fazer isso", disse ele, durante a sexta edição da série Estadão/FGV/Ibre Os Economistas das Eleições, com os responsáveis pelos planos econômicos de governo dos principais presidencialistas, realizada ontem, no auditório da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

Embora a criação de um comitê para decidir os rumos do câmbio possa soar como uma intervenção nos rumos da moeda – que têm tido livre flutuação, com intervenções pontuais do Banco Central (BC) em momentos de crise –, Benevides afirmou que essa instituição no estilo Copom daria transparência às decisões. "O Copom tem uma atuação clara e definida, pautada por critérios técnicos. É isso que queremos levar ao câmbio", disse, lembrando que hoje decisões sobre operações de bilhões de dólares são tomadas pela diretoria do BC.

Na sabatina, Benevides ainda tocou em propostas como o programa de renegociação de dívidas proposto pelo candidato – chamado "Nome Limpo" e apelidado de "SPCiro" –, da necessidade de mudança do foco da cobrança de tributos no Brasil e da pressa em aproveitar a boa vontade do Congresso no primeiro ano de seu eventual mandato como presidente para aprovar o ajuste fiscal. A seguir, os principais trechos da sabatina:

Qual é a proposta de Ciro para a política cambial?

Tem de ter institucionalização para gerenciamento do câmbio. Podemos definir um comitê para fazer isso. O Copom tem uma atuação bem clara e definida, pautada por critérios técnicos. É isso que queremos levar ao câmbio.

Isso soa como intervenção.

Intervenção na minha concepção é eu chegar e definir. Não faz sentido um cara (da diretoria do BC), sozinho, definir o rumo do câmbio com bilhões em swaps cambiais (ferramenta usada para combater a volatilidade do real).

O programa de Ciro propõe a renegociação de dívidas de inadimplentes no Serasa e no SPC.

O desemprego é uma questão sistêmica – se tem mais desemprego, há mais inadimplência. (A proposta é para atender principalmente a trabalhadores que ganham) até dois salários mínimos, pagando 400% de juros no cartão de crédito. Não podemos permitir que 63 milhões de brasileiros fiquem à margem do mercado de consumo se quisermos levar a retomada adiante. Pelo lado da demanda, o consumo corresponde a mais de 60% (do PIB brasileiro). Não é fazer caridade, é medida de curtíssimo prazo para reativar este motor do crescimento.

Como vai funcionar essa renegociação?

Vamos segmentar por tipo de crédito, por empresa, e pegar as pessoas que estão na mesma situação. É um pool de devedores. A ideia é sair (de uma dívida média) de R\$ 4,2 mil para algo em torno de R\$ 1,1 mil para cada endividado. Ele vai diminuir a dívida, reduzir juros e vai pagar em 36 meses. Não é fazer caridade, é medida de curtíssimo prazo para reativar este motor do crescimento. Serasa e SPC estão interessadas nesse programa e querem colocar isso para frente. A gente vai dar dinheiro aos bancos com esse programa.

E como os bancos vão lucrar com o "SPCiro"?

Ganhando 12% ao ano (que é o juro proposto para as renegociações).

Quais serão as prioridades de Ciro num eventual mandato?

Nunca o Congresso Nacional se furtou a aprovar as medidas enviadas no primeiro ano de governo, nem com o Collor, que confiscou a poupança de todo mundo. Por isso, estamos antecipando a discussão das medidas (para o período da campanha). Em vez de começar a discutir em janeiro ou fevereiro, estamos expondo (as propostas) agora. O atual governo quis empurrar mudança goela abaixo, mas não foi aceito. Um governo legitimamente eleito conseguirá. Primeiro, vem a reforma tributária, com a criação do IVA (Imposto sobre Valor Adicionado). Temos como prioridades a reforma tributária e da Previdência.

E a criação de um imposto sobre movimentações financeiras, nos moldes da CPMF, está nos planos?

Não seria como a CPMF. Na CPMF, o cara que passou um chequezinho lá de R\$ 30, ele pagou imposto. E a essência desse programa é a classe média, a empresa média, não pagar nada. A ideia é excluir movimentações de R\$ 5 mil para baixo – assim, você retiraria 86% da população brasileira. Eu não estou preocupado com o cheque de R\$ 5 mil. Estou preocupado com as movimentações que eu conheço, dentro do sistema financeiro, de R\$ 10 milhões, de R\$ 100 milhões, de R\$ 1 bilhão. Por isso, que o nome é CGM, Contribuição sobre Grandes Movimentações. Mas o comitê de governo não incorporou a proposta no plano de governo.

Qual é a sua política de combustíveis?

A questão da petrobrás (foi de extremos nos últimos anos). Primeiro, veio a Dilma e tabelou o preço. Aí chega o outro presidente da petrobrás e põe o preço lá em cima, comparar com o preço internacional (e com variação diária). O trigo é commodity, a soja também, e não tem alterar o preço todos os dias. Então, aguarda-se um período e depois se faz a equiparação. Senão, o (caminhoneiro) sai do Rio Grande do Sul para Pernambuco com o gasto do diesel previsto para R\$ 1,4 mil. No outro dia, o preço já foi para R\$ 1,5 mil. No outro, aumentou de novo.

E existe um "meio do caminho" a ser adotado?

Temos de deixar a petrobrás encontrar ponto de equilíbrio. Empresa pública tem de ser lucrativa. Até porque a petrobrás tem altos e importantes investimentos em pesquisa e tecnologia.

Subsídio ao diesel continuará?

Aliás, o preço do diesel continuou aumentando (mesmo com a política de subsídio). Não posso ser o Posto Ipiranga, não posso saber de A a Z. Essa questão do subsídio tem de ser vista, ninguém pode falar de subsídio sem ver a variação de preços de mercado.

Existem empresas públicas que podem ser privatizadas?

Sim, tem várias. Não temos nenhuma idiosincrasia em relação à privatização. Não nos interessa ter empresa pública deficitária. Se a empresa não conseguir ser eficiente, obviamente tirando as quatro ou cinco empresas que para nós são emblemáticas para a governança, não temos restrições.

Qual é a proposta para o setor industrial?

Temos visto a queda da participação da indústria brasileira no PIB. A Coreia do Sul escolheu seus setores e foi para a universidade, colocando a indústria dentro

do processo de pesquisa. A China primeiro tentou imitar, fazendo versões "made in China". Depois investiu em pesquisa e tecnologia (para melhorar a qualidade dos produtos). E nós temos de fazer pesquisa, fazer financiamento de médio e longo prazos, para ela ser competitiva e ir para o mundo. Temos de escolher setores com vantagem comparativa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/09/2018

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Gasolina chega a R\$ 5 no DF

Está cada vez mais difícil encontrar combustível a preço acessível no país. Em cerca de 17 estados, contando com o Distrito Federal, há postos em que o litro da gasolina passa de R\$ 5. Segundo os dados do Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), no Tocantins já tem posto vendendo o derivado de petróleo a R\$ 6,29.

Aqui no DF, o consumidor que quer economizar precisa pesquisar muito. De acordo com o levantamento realizado pelo Correio, em apenas seis dos 30 estabelecimentos pesquisados o litro está abaixo de R\$ 4,70 — a maioria localizada na Estrada Parque Taguatinga (EPTG), sentido Plano Piloto. Esses postos acabam sendo alternativa a quem quer fugir dos R\$ 5,06 cobrados em regiões da capital.

É o que faz a professora Janaína Souza Castro, 38 anos. Moradora de Águas Claras, ela conta que abastece em postos da EPTG, que costumam ser mais baratos. Para gastar menos, começou a optar pelo etanol. “É a segunda vez que abasteço com álcool e estou achando mais vantajoso. Ensinaram-me a fazer o cálculo para saber qual combustível está mais em conta e, agora, ponho tudo na ponta do lápis”, disse.

Para ela, que gasta mensalmente cerca de R\$ 1 mil com combustível, a política de preços adotada pela Petrobras está sendo oportuna para estabelecimentos aumentarem indiscriminadamente os preços. “Eu não leio muito sobre o aumento nas refinarias, mas o que eu vejo é um pouco de oportunismo. Sob esse pretexto, os empresários conseguem elevar o valor do combustível e são seguidos pelos outros. E o consumidor acaba sendo prejudicado”, acrescentou.

Segundo o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) Cesar Bergo, o aumento de preços pode ser especulativo, já que o valor do combustível continua inalterado nas refinarias. “O dólar oscilou, mas a

Petrobras ainda não anunciou nenhum aumento no valor da gasolina. Os empresários podem estar se antecipando em relação a futuros reajustes”, explicou. Ele destaca também que a falta de concorrência e a formação de cartéis podem ser motivos para as altas consecutivas.

Para ele, neste momento é fundamental priorizar estabelecimentos mais em conta, mesmo que não leve o nome de instituições renomadas.

Reajuste

Apesar de ter anunciado um novo reajuste para hoje, a Petrobras manteve inalterado, pela terceira vez consecutiva, o preço da gasolina nas refinarias. Com isso, o preço do litro do combustível se manterá em R\$ 2,2514. O último reajuste que alterou o valor do derivado de petróleo foi na quinta-feira passada, 13, quando a empresa elevou em 0,98% o preço do produto.

Quanto ao diesel, a estatal anunciou no fim de agosto alta média de 13,03% no valor do combustível. Com isso, o preço do produto passou a R\$ 2,2964 o litro, em média, e será mantido até dia 29 de setembro.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	19/09/2018
Seção:	Brasil
Autor:	
Título:	Curta

Subsídio ao diesel

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou hoje o pagamento, a três empresas, de R\$ 877,8 milhões da subvenção econômica à comercialização de óleo diesel, estabelecida pela Medida Provisória 838/2018. A Petrobras receberá R\$ 871,4 milhões correspondentes ao período de 8 de junho a 7 de julho. A parte da estatal correspondente à segunda fase da subvenção, de 8 a 31 de julho, ainda está em análise. A Petro Energia receberá R\$ 5 milhões correspondentes ao período de 8 de junho a 7 de julho e outro R\$ 1,2 milhão que é referente ao período de 8 a 31 de julho. A Dax Oil receberá R\$ 191 mil do período de 8 de junho a 7 de julho e teve indeferido pela agência reguladora o pedido referente ao período de 8 a 31 de julho.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/09/2018****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Consumo de gás natural no país sobe 6,4% em julho**

O consumo de gás natural no Brasil em julho totalizou 73,4 milhões de metros cúbicos diários, um aumento de 6,41% em relação ao mesmo período do ano passado e de 1,53%, na comparação com junho deste ano, de acordo com dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) aos quais o **Valor** teve acesso com exclusividade.

Um dos destaques do levantamento foi o segmento industrial, que obteve o seu melhor desempenho em 37 meses. Com alta de 6,29% na comparação com julho do ano passado e de 1,85% em relação ao mês imediatamente anterior, o consumo do setor somou 29,3 milhões de metros cúbicos diários - foi a primeira vez que o mercado industrial ultrapassou a marca de 29 milhões de metros cúbicos diários desde outubro de 2015.

"Isso demonstra a recuperação da economia. A expectativa é que o mercado industrial continue essa ascensão, elevando o consumo. Até o fim do ano, a expectativa é que ele supere os 30 milhões de metros cúbicos/dia", disse o gerente de Estratégia e Competitividade da Abegás, Marcelo Mendonça.

"O que demonstra essa recuperação da economia é o aquecimento também no setor comercial", completou.

De acordo com a Abegás, o mercado de gás natural para o segmento comercial alcançou 927 mil metros cúbicos diários em julho, com alta de 14,80%, ante igual período do ano passado, e de 12,07%, em relação a junho deste ano.

O segmento de geração termelétrica também teve desempenho positivo na comparação anual, com alta de 3,76%, totalizando 31 milhões de metros cúbicos diários. Em relação a junho, porém, o mercado termelétrico registrou queda de 1,54% no consumo de gás.

"A expectativa é que realmente até o fim de 2018 elas [térmicas] permaneçam com despacho [acionamento] elevado, porque os reservatórios [hidrelétricos] estão muito baixos", afirmou Mendonça. "Até para garantir a segurança energética, é necessário que as térmicas estejam despachando no limite durante todo o período seco e entrando no período úmido, como forma de recuperar os reservatórios", disse o gerente da Abegás.

Outro segmento que vem se destacando é o automotivo, com consumo de 5,9 milhões de metros cúbicos diários em julho, uma alta de 13,31% ante igual mês do ano passado. Em relação a junho, porém, o mercado automotivo apresentou ligeira queda, de 0,47%.

"As conversões [de veículos para rodarem com gás natural] aumentaram muito durante o período da greve dos caminhoneiros. E esse reflexo nas vendas ainda vai aparecer ao longo do segundo semestre. A nossa expectativa é muito positiva em relação ao GNV [gás natural veicular]", disse Mendonça.

Com relação às eleições, a Abegás entregou às lideranças das campanhas dos presidencialistas e aos candidatos para a Câmara dos Deputados e para o Senado um documento de 52 páginas com propostas estruturantes para o desenvolvimento do mercado de gás natural no país.

Entre as sugestões apresentadas pela entidade estão a adoção do acionamento de termelétricas "na base", ou seja, de forma contínua; o estímulo à conversão de veículos pesados para rodarem com GNV; maior abertura do setor de gás natural; e o acesso dos investidores infraestrutura de transporte de gás.

"Nossa intenção com este documento é mostrar que é preciso promover a abertura do mercado de gás natural a partir do acesso às infraestruturas essenciais, gasodutos de escoamento da produção e unidades de processamento, e da desverticalização do transporte. O objetivo é fazer com que os produtores, que hoje negociam sua produção para a Petrobras, possam vender diretamente para o mercado, o que dará condições para a formação de um mercado livre de gás, pois não há mercado livre com um único supridor", acrescentou o presidente da Abegás, Augusto Salomon.

A Associação Brasileira de Biogás e de Biometano (Abiogás) também apresentou um conjunto de propostas e pleitos aos candidatos à Presidência do país. No documento, a entidade, que reúne investidores dos setores de biogás e biometano, destacou quatro pontos: a continuidade do programa RenovaBio (de descarbonização no setor de transportes); planejamento energético com vistas à baixa emissão de carbono; redução da dependência nacional de diesel importado; e a abertura mais ampla do mercado livre de energia elétrica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel descarta elevar valor da bandeira tarifária

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ainda não considera a possibilidade de elevar os valores cobrados na conta de luz ao acionar as bandeiras tarifárias amarela ou vermelha (patamares 1 e 2) em resposta às queixas das distribuidoras sobre o aumento inesperado de custos no setor.

Ontem, o diretor-geral do órgão regulador, André Pepitone, foi taxativo ao ser questionado sobre a possibilidade de alterar os valores das bandeiras. "Não, de forma alguma", respondeu.

Segundo ele, não foi percebida qualquer situação que submeta as concessionárias em dificuldade de caixa, a ponto de justificar a adoção de medidas de alívio financeiro por parte da própria agência ou do governo.

"A agência não identifica esse descasamento [nos volumes de entrada e saída de recursos]. Pode estar havendo algum descasamento de informação", disse Pepitone a jornalistas após reunião da diretoria. O segmento de distribuição já havia feito alerta formal à Aneel.

As distribuidoras chamam a atenção em especial para os impactos do déficit registrado mês a mês na conta da bandeira tarifária, em que as concessionárias contabilizam os montantes de arrecadação com a cobrança de valor adicional nas contas de luz ao sinalizar as cores amarela e vermelha.

Pepitone informou que assinou no fim da semana passada um ofício endereçado à Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) para apresentar a posição da agência reguladora sobre o tema. O diretor admite que há variações nos custos assumidos pelas distribuidoras, mas nada capaz de gerar um desequilíbrio importante.

Na semana passada, integrantes da Abradee e executivos das principais concessionárias do segmento foram ao **Ministério de Minas e Energia** se queixar da dificuldade de caixa que enfrentam e propor medidas para amenizar os efeitos financeiros. Os custos extras assumidos retornam ao setor somente a partir da data do próximo reajuste tarifário de cada distribuidora, ao longo de 12 meses seguintes.

Entre os pontos reclamados ao ministério, segundo o **Valor** apurou, estão o déficit da conta do sistema de bandeiras tarifárias e o impacto do aumento do dólar sobre a energia adquirida de Itaipu. A hidrelétrica binacional tem o custo de aquisição da energia calculado em dólar, conforme foi estabelecido no tratado internacional com o Paraguai.

O diretor da Aneel afirmou que desconhecia a interação da Abradee com o ministério.

Além de despesas com termelétricas, a bandeira tarifária cobre parte dos custos relacionados ao risco hidrológico assumido pelos consumidores. Esse prejuízo é registrado por geradoras que produzem energia em montante inferior ao contratado.

A última mudança no valor das bandeiras foi em outubro do ano passado. A cor amarela teve a cobrança reduzida de R\$ 2 para R\$ 1 por cada 100 kilowatts-hora (kWh) consumidos, mas o patamar 2 da bandeira vermelha teve o custo elevado de R\$ 3,50 para R\$ 5 por cada 100 kWh. Naquela ocasião, o valor do patamar 1 foi mantido em R\$ 3 por cada 100 kWh.

Desde junho, as contas de luz indicam o patamar 2 da bandeira vermelha. De janeiro a abril, não houve cobrança adicional com a adoção da bandeira verde. Em maio foi sinalizada a cor amarela.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	19/09/2018
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaque

Reajuste do aço

As fabricantes de aços planos farão novo reajuste de preços para distribuição e indústria. Em outubro, os produtos de Usiminas e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ficarão 5% mais caros, em média, devido ao dólar e a estabilidade internacional.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	19/09/2018
Seção:	Empresas
Autor:	Rafael Bitencourt e Camila Maia De Brasília e São Paulo
Título:	Eletrosul vai à China fechar venda de ativo de transmissão no Sul

A Eletrosul, controlada da Eletrobras, tem até sexta-feira para formalizar a transferência de controle de um projeto de transmissão no Rio Grande do Sul para a chinesa Shanghai Electric Power. Uma comitiva de representantes da estatal está na China desde a semana passada, a fim de concluir a negociação do

projeto, arrematado em um leilão no fim de 2014, para a chinesa. A negociação, porém, não vai bem, apurou o **Valor**.

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em decisão tomada ontem, ameaçou tomar a concessão da estatal e ofertar o projeto no leilão de dezembro se a transação não for concluída, com a assinatura de aditivo contratual.

Os envolvidos apostam em um acordo com os chineses até o fim da semana, mas a Shanghai tem se manifestado no sentido de não avançar na negociação. Segundo uma fonte, a chinesa está com dificuldades de fechar a estruturação financeira do negócio, diante das baixas taxas de retorno do projeto. Se isso acontecer, a Aneel vai declarar a caducidade da concessão, e os projetos serão licitados novamente no leilão marcado para o fim do ano.

A linha, cujo investimento hoje é estimado em R\$ 4,1 bilhões, deveria ter entrado em operação em março. A rede foi planejada para reforçar o atendimento da região metropolitana de Porto Alegre e, principalmente, escoar a energia de novas usinas térmicas e eólicas da região Sul.

Por enfrentar dificuldade financeira, a Eletrosul não conseguiu realizar os estudos e dar início ao cronograma de obras. A estatal propôs um plano de transferência do controle societário a um novo empreendedor, em junho do ano passado, depois de assinar um memorando de entendimento da venda para a chinesa.

Em 27 de agosto, representantes da Eletrosul, da Shanghai e da Zheijang Energy, outra estatal chinesa, celebraram em Porto Alegre a constituição de uma sociedade de propósito específico (SPE) para viabilizar o projeto. A SZE Transmissora será controlada pela Shanghai, com 44% de participação. A Zheijang Energy terá 28,5%, e a Eletrosul ficará com 27,5% na empresa.

A criação da SPE atendeu, em parte, a exigência da Aneel de que a operação saísse até dia 28 de agosto. Ontem, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, deu um ultimato aos envolvidos, que terão até o fim da semana para definir o negócio. "Era para a linha ter entrado em operação em 6 de março e ainda estamos discutindo a chegada do novo controlador", disse.

As negociações entre a Eletrosul e as chinesas vêm acontecendo desde meados de 2016, quando a Eletrobras abriu uma chamada pública para vender o controle do Lote A, que envolvia cerca de R\$ 3,2 bilhões em investimentos na época. A chamada pública tinha uma cláusula que previa que o novo concessionário não poderia atuar como fornecedores de bens ou construtores dos empreendimentos se não comprassem 100% dos ativos. A cláusula atingia

justamente a Shanghai Electric, que atua como empresa de engenharia e fornecimento de equipamentos.

A chinesa enviou uma correspondência à Eletrosul manifestando interesse em adquirir 60% do projeto, mas teve o pleito negado. A resistência em não ter a totalidade do negócio tinha como razão o receio sobre a situação política e econômica do Brasil.

A Shanghai, então, fez uma nova consulta, desta vez questionando se poderia entrar com 100% do ativo, desde que a Eletrosul comprasse 25% da sociedade dentro de um determinado prazo, mediante o cumprimento de algumas condições relacionadas à performance das obras. A Eletrosul entendeu que a proposta não feria a exigência da consulta pública, e fechou um termo de compromisso com a Shanghai em maio do ano passado.

Ontem, a diretoria da Aneel permitiu que o prazo de implantação do projeto fosse estendido de 36 para 48 meses. Sandoval Feitosa, diretor da agência, disse que, para os chineses, foi mantida a "equação financeira" do contrato original, assinado em 2015. Isso fez com que fosse mantida a receita do empreendedor estabelecida no leilão, de R\$ 336 milhões por ano. O empreendimento deve gerar dez mil empregos diretos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Ciclo de alta do petróleo e minério de ferro ainda não chegou ao fim

A tendência de alta dos preços de minério de ferro e petróleo ainda não chegou ao fim, com espaço para novas valorizações no curto e médio prazo, avalia Thomas Stahl, diretor geral e chefe global da cobertura de commodities do Deutsche Bank.

"No momento, é muito difícil pra mim ter em vista uma nova queda brusca dos preços do petróleo. Não vejo um retorno para os patamares de US\$ 55 a US\$ 60 o barril", disse Stahl, em entrevista concedida ao **Valor** durante uma de suas muitas passagens pelo Brasil. "Eu, pessoalmente, acho que poderemos ter novamente um cenário com o petróleo a US\$ 100 o barril", completou.

O principal motivo para isso é a volatilidade geopolítica, como por exemplo as sanções econômicas internacionais aplicadas ao Irã neste ano, que removeram uma grande oferta da commodity dos mercados e ajudaram a impulsionar os

preços a patamares não vistos desde 2014, ano que começou com o Brent acima de US\$ 100 o barril e terminou perto de US\$ 50.

"Vivemos agora um período em que as petroleiras se concentraram muito em limpar e arrumar os balanços e projetos investidos, reduzindo custos e focando nas melhores oportunidades", disse Stahl. Ao mesmo tempo, a demanda está em alta, apesar de todas as iniciativas visando incentivar mobilidade elétrica no lugar de combustíveis fósseis.

Ainda que o petróleo não convencional ("shale") esteja disponível em abundância nos Estados Unidos e com período de produção curto, as maiores oportunidades em exploração e produção de petróleo estão em águas profundas, o que ajuda a reforçar a perspectiva de que os preços seguirão elevados. "Esses projetos demoram muito para entrar em operação plena. Até lá, vai haver muito capex [investimento de capital] envolvido", afirmou.

O ciclo de alta também não está concluído no caso do minério de ferro, especialmente os que têm maior teor de pureza. "Hoje, temos menos volatilidade nos preços porque há muita consolidação dos clientes, principalmente na China, e não há projetos grandes em momento de aceleração da produção no mundo", afirmou o executivo. Para ele, quando houver redução no crescimento global, haverá impacto nos níveis de produção de aço, consequentemente afetando as cotações do minério de ferro. "Acho que o cenário mais provável é o de aumento dos preços da commodity", completou.

O executivo do Deutsche Bank aposta em novos projetos de produção de minério. "Os balanços das mineradoras estão em ordem, todas elas estão sentadas em pilhas de dinheiro", disse, se referindo ao caixa das empresas.

"Não estaria surpreso se houver uma nova onda de grandes projetos acontecendo", disse. Ainda assim, eles levariam de três a seis anos para entrarem em funcionamento. "Mesmo quando isso acontecer, se a demanda se mantiver, vamos ter volatilidade nos preços", apontou.

A África é a principal região do globo que ainda não explorou intensivamente seus recursos naturais, mas há muitas dificuldades que ainda limitam novos projetos na região. A Rússia também tem oportunidades, mas a instabilidade política limita novos investimentos. "A Austrália ainda tem muito potencial. Não vejo nada nos Estados Unidos. O Brasil pode ser uma opção", disse.

O principal problema do país ainda é a instabilidade regulatória e política. "O investidor que está disposto a tomar o risco de vir ao Brasil pode não ser aquele para o qual nos sentimos confortáveis em financiar projetos."

A perspectiva para preços de celulose diverge das demais commodities. Segundo Stahl, não há tendência de alta, mesmo sem projetos grandes de produção em vista. "Eu ficaria surpreso de ver uma alta motivada pela falta de projetos. Antes de isso acontecer, já teremos três novos em construção, que entrarão no mercado e vão segurar os preços. Sempre foi assim o jogo do setor."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/09/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Usinas paradas respondem por 13% da capacidade de moagem

Cresceu de forma significativa no país o número de usinas que está sem produzir uma gota sequer de etanol nem um grama de açúcar. Segundo levantamento da consultoria RPA feito a pedido do **Valor**, estão atualmente de portas fechadas 93 plantas, que juntas têm capacidade instalada de moagem de 98,9 milhões de toneladas de cana por safra. Há um ano atrás, foram identificadas 76 usinas fora de operação.

O número atual representa 21% das 443 unidades instaladas no país. Em termos de capacidade instalada de processamento de cana, as usinas paradas representam 13% - em relatório divulgado em maio, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) informa que, conforme o Ministério da Agricultura, a capacidade total chega a 744 milhões de toneladas. São Paulo, que abriga o maior polo sucroalcooleiro do país, é também onde está o maior número de usinas paradas - são 36. Alagoas e Minas Gerais empatam em segundo lugar nesse ranking, com nove unidades cada.

O aumento da ociosidade do parque sucroalcooleiro do país decorre sobretudo da falta de investimentos nos canaviais do Centro-Sul, segundo Ricardo Pinto Arruda, sócio da RPA. Quando não há aportes para a troca de pés de cana, as plantas envelhecem, tornam-se cada vez menos produtivas e a atividade industrial fica mais cara. A ponto de muitas empresas optarem por desativar suas caldeiras e arrendar áreas agrícolas ou fecharem contratos de fornecimento de cana para usinas próximas.

Foi o que aconteceu neste ano com uma usina do Grupo Furlan em Santa Bárbara D'Oeste, no interior paulista. Em vez de moer 1 milhão de toneladas de cana de suas lavouras na própria planta, a companhia vendeu seus canaviais para usinas vizinhas da Raízen Energia e da São Martinho.

Em muitos casos, uma usina parada não significa necessariamente que sua controladora está em más condições financeiras. Tanto que a maior parte das unidades de portas fechadas não está nem em recuperação judicial, nem falida - são 46 unidades, segundo a RPA, que juntas têm capacidade para moer 49,75 milhões de toneladas por safra, ou metade de toda a capacidade instalada que está em operar. Entre os exemplos mais notórios estão duas usinas da Raízen no interior paulista - em Araraquara e no município de Dois Córregos.

Outro exemplo é a Usina Costa Bioenergia, que pertence ao grupo Santa Terezinha e está situada em Umuarama, no Paraná. A companhia suspendeu as atividades da planta no início deste ano e remanejou a cana disponível na região para outra de suas usinas, situada em Ivaté (PR).

Ainda conforme a RPA, há 25 usinas paradas que são de grupos em recuperação judicial, que juntas têm capacidade para processar até 24,9 milhões de toneladas de cana por safra. Nessa lista está a Usina Revati, em Brejo Alegre, no interior paulista. A unidade pertence à Renuka do Brasil, que preferiu manter em operação apenas a Madhu, localizada em Promissão, também em São Paulo, enquanto espera o encaminhamento do leilão da Revati. Outra que não ligou as caldeiras em 2018/19 é a Usina Campestre, de Penápolis (SP). A planta é da Clealco, que pediu proteção contra os credores este ano.

A lista de usinas de empresas falidas que estão sem operar é um pouco menor. São 22 unidades paradas, com capacidade total para processar até 24,2 milhões de toneladas de cana por temporada. Nesse rol, a debacle mais recente é a da Alta Paulista, em Junqueirópolis (SP), pertencente ao Grupo Silveira Barros.

Para analistas e executivos do segmento, a reativação dessa parcela do parque sucroalcooleiro do país que está ocioso enfrenta obstáculos. Para retomar a moagem em uma usina, é preciso ter cana suficiente para operá-la, o que depende de investimentos nas lavouras - que demoram até um ano e meio para começar a fazer efeito. E, em meio a uma safra com a atual, marcada por preços de açúcar que mal oferecem margem aos produtores, a tendência é que um aumento dos investimentos no campo fique mais para frente.

E nem todas as usinas paradas voltarão a operar. Para Arruda, da RPA, cerca de 49% da capacidade hoje inutilizada não deverá ser retomada. "São usinas que estão sendo desmontadas ou abandonadas há muito tempo, ou têm escala pequena, e a cana do entorno já foi absorvida por usinas maiores da região", disse.

MME / ASCOM .